

sentação do Professor Carlos já estão disponíveis aqui no nosso chat. Portanto, acessíveis para todos e todas.

Dando a sequência de falas, pessoal, eu teria que administrar melhor o tempo. Serão intervenções de três minutos. Vou ter que me organizar por causa do tempo da nossa audiência. Quero já passar a palavra para a representação do Instituto Rio Metrópole. O Bernardo Santoro, presidente, tinha uma outra agenda, não pôde ficar, mas deixou uma representação. Pergunto se está conosco na sala, Sr. Paulo Carvalho, se está conosco na sala, representando o Instituto Rio Metrópole. Está conosco?

O SR. KELSON VIEIRA SENRA - Deputado e demais presentes, bom dia. É Kelson Vieira Senra. Eu também sou técnico do IRM.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Sim, Kelson. Pois não, Flávio.

O SR. KELSON VIEIRA SENRA - Como vai, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Seja bem-vindo! Três minutos.

O SR. KELSON VIEIRA SENRA - Cumprimento o senhor e também os demais presentes, o meu antigo colega de todas as lutas, o Deputado Eliomar Coelho, e todos os presentes aqui, representantes de organizações de moradia e de luta de moradia.

Nós estamos, Deputado, aqui focados na proposta de projeto de lei que destina recursos para o Instituto Rio Metrópole trabalhar um tema que vem sendo, nos últimos anos, pouco trabalhado pelo Estado, e que consta no nosso planejamento, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana, que se trata da produção de moradia por autogestão. Então, nós recebemos e já discutimos, numa reunião preparatória, uma proposta que destina recursos para o Fundo Metropolitano trabalhar com essa temática. Nós achamos que isso era uma boa proposta.

Nós fizemos uma pequena sugestão de revisão aqui no texto da proposta, que eu espero que o senhor tenha recebido, que são questões mais operacionais da nossa experiência de gestão desse tipo de recurso e desse recurso na forma do fundo. Então, são questões mais administrativas e operacionais. Não alteramos o teor principal da proposta. Espero que o senhor tenha também, e demais integrantes da comissão, tenham entendido assim.

Então, é para manifestar nossa posição favorável a essa produção por autogestão, que nós entendemos que é uma solução muito importante porque demonstra qualidade, porque envolve o compromisso dos moradores, porque qualifica mão de obra, uma série de razões, que eu não vou me estender aqui, e que não é concorrente com as demais demandas da habitação social, já comentadas aqui agora, sobre a regularização fundiária, que nós entendemos que é muito importante aqui no Estado, usualmente capitaneada pelo Iterj, pelo Instituto Iterj, pela Secretaria de Infraestrutura e obras, e também não é concorrente com os demais meios de provisão e de produção habitacional que, no âmbito do Estado, são, principalmente, organizadas pela Companhia de Habitação, pela Cehab. Então, nós estaríamos, dessa forma, atuando de maneira complementar dentro da política de habitação do Estado e poderíamos estar prestando um serviço para os movimentos sociais e, também, para a produção de moradia, no âmbito da Região Metropolitana, que é nossa atribuição, mas é onde principalmente se concentram as formas de organização de produção de autogestão.

Então, nós queremos manifestar esse parecer favorável e desejar que isso tenha sucesso, o projeto, para que a gente possa, já no ano que vem, ter iniciativas concretas de projetos de autogestão na habitação.

Ficamos à disposição para qualquer complementação e ajuste que os senhores da audiência pública tenham porventura necessidade e acham que devam fazer. Meu colega Douglas também está aqui. Ele é advogado lá do nosso Instituto. Vai acompanhar a reunião aqui até o final. Os senhores precisando, por favor, contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Kelson Viera Senra e Douglas Estêvão, também, do Instituto Rio Metrópole, pela presença e participação. Eu estava falando aqui agora há pouco com o Presidente Bernardo Santoro sobre alguns aspectos desse projeto. Obrigado por sua manifestação. Na CCJ, provavelmente no mês de agosto, ele será levado à pauta. Então, nós vamos tentar aproveitar as observações feitas para, já na CCJ, operar as mudanças. Obrigado pelas contribuições.

Passo a palavra à Viviane Tardelli, do Núcleo de Terras e Assuntos Fundiários da Defensoria Pública. Muito importante a presença da Defensoria. Agradeço demais. Você tem a palavra, Viviane.

A SRA. VIVIANE TARDELLI - Bom dia a todas e todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Deputado Waldeck Carneiro. Queria saudar essa iniciativa por essa audiência pública importantíssima para debater o tema da moradia.

Sou Viviane, Defensora Pública do Núcleo de Terras e Assuntos Fundiários da Defensoria. Eu vou tentar ser breve e destacar alguns pontos que inclusive já foram levantados aqui. Como já foi amplamente dito, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que é um dos focos da nossa audiência, tem um grande déficit habitacional: cerca de meio milhão de moradias. É importante, como já foi dito lá no início, que a gente nunca perca de vista que o direito à moradia é um direito social, um direito fundamental, um direito humano. Ele é essencial para o pleno desenvolvimento do ser humano. Af, eu faço memória que, desde 1966, no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais já se tinha a previsão em relação à moradia adequada. Não basta pensar em moradia. A gente precisa pensar no conceito de moradia adequada. E ao pensar em políticas públicas que possam dar respostas à questão da habitação na Região Metropolitana deve ser perseguido por todos os entes públicos responsáveis, todos os envolvidos na concretização desse direito.

Além da questão do déficit habitacional, como diversas outras situações de violação de direitos, a não efetivação dos direitos fundamentais afeta principalmente as pessoas mais pobres, os mais vulneráveis. O grande problema da não efetivação do direito da moradia é que sua consequência leva a uma série de violações sucessivas. Quando a gente não tem garantido o direito à moradia, as famílias envolvidas nessa violação têm mais dificuldade, por exemplo, de garantir a seus filhos o direito à educação; possuem mais dificuldade de acessar o SUS, porque a pessoa que não tem moradia tem dificuldade inclusive de ter esse vínculo com a Clínica da Família mais próxima da sua residência porque não tem residência; tem mais dificuldade de acessar uma vaga de emprego. Então, isso, na verdade, a não efetivação do direito à moradia acaba gerando um círculo vicioso de diversas outras violações de direitos. Além disso, a gente também conta com o aprofundamento da desigualdade social. Cada vez mais há o empobrecimento das camadas populares. As famílias, como já foi dito aqui, não conseguem garantir, não conseguem adquirir um imóvel, não conseguem manter o pagamento dos aluguéis, considerando o alto custo de se viver na Região Metropolitana e, fazendo coro com o que já foi dito inclusive pela Deputada Zeidan, no início, e pelo Deputado Waldeck Carneiro, é importante que a gente não esqueça da aplicação do Fundo destinado à efetivação do direito à moradia, a aplicação do FEHIS, a concretização da Lei de Assistência Técnica, que já foi mencionada aqui, ela pode evitar, sim, as diversas situações de vulnerabilidade técnica que diversas famílias estão sujeitas no Rio de Janeiro.

A gente, na verdade, tem um grande problema na execução dos recursos destinados à concretização do direito à habitação. No Núcleo de Terra e Habitação atualmente, a gente tem se debruçado e discutido bastante sobre essa questão orçamentária para tentar avaliar, ao longo do tempo, como que essas diversas previsões orçamentárias, destinadas à moradia - realização de outras intervenções, como, por exemplo, obras de contenção de encostas, que acabam repercutindo diretamente no direito à moradia, evitando situações de risco e melhorando a qualidade de vida das famílias - a própria utilização do Fundo de Habitação de Interesse Social e como esse orçamento não vem sendo empregado. E, muitas vezes, o que acontece? Ou há a não execução ou as verbas são destinadas a outras finalidades totalmente diversas. Então, a gente vê um aprofundamento cada vez maior do problema da habitação.

Como foi lido pela Emília, na carta do início, a concretização de uma política pública estruturante para que as famílias tenham efe-

tivado o direito à moradia, não fiquem eternamente percebendo aluguel social, sem nenhuma perspectiva de serem reassentadas, é uma questão urgente. Inclusive na Defensoria é uma interpretação que a gente sempre tem - foi mencionada aqui uma Ação Civil Pública que o Núcleo de Terras e Habitação, junto com o Núcleo de Fazenda, ajuizou e a gente teve êxito no Tribunal de Justiça, porém a gente conseguiu avançar nessa questão da implementação do aluguel social, mas a gente sempre fica com aquela angústia de: Ah! as famílias estão em aluguel social. E agora? Quando virão os projetos de execução, de reassentamento? E isso gera uma angústia para quem trabalha diretamente com as comunidades que têm esse direito violado.

Por fim, só para deixar ressaltado que todas as respostas voltadas para o problema de moradia devem considerar, como eu já disse no início, a necessidade de pensar em moradia adequada, garantia dos equipamentos adequados para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, garantia de acesso à rede pública de saúde, garantia de acesso à educação de qualidade, todos os equipamentos técnicos que possam desenvolver o ser humano em sua plenitude.

Obrigada, agradeço mais uma vez. O Núcleo de Terras e Habitação sempre se coloca à disposição para novos debates, novos espaços, que a gente possa sempre lutar pela garantia do direito à moradia.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Viviane Tardelli. Importante manifestação da Defensoria, reafirmando alguns pontos centrais que tinham sido abordados aqui, notadamente, entre outros, é claro, mas notadamente a execução dos recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, que esse é o dispositivo principal para ajudar a enfrentar, no Rio de Janeiro, o déficit habitacional.

Passo a palavra agora à Juliana Pimentel, representando a Secretaria de Habitação do Município de Belford Roxo. Juliana, você tem a palavra por três minutos para sua manifestação.

A SRA. JULIANA PIMENTEL - Quero agradecer a oportunidade em estar acompanhando essa audiência pública, dizer que o Município de Belford Roxo, assim como outros municípios da Baixada Fluminense, vem enfrentando grandes desafios em relação à moradia, principalmente à qualidade e condições de moradia nos empreendimentos que foram entregues no Programa Minha Casa, Minha Vida. É fato que nós temos muitos condomínios hoje com problemas construtivos que não foram seguidos à frente, e temos o passivo de áreas para regularização fundiária, um estoque ainda, uma reserva ainda de unidades habitacionais que não foram entregues pelos bancos, pelo governo federal. As obras foram paralisadas, a exemplo do Município de Queimados, com 1.200 unidades habitacionais; Belford Roxo com 900 unidades habitacionais, que as obras foram paralisadas, no Vale das Mangueiras; 558 unidades habitacionais também com obras paralisadas no Vale do Ipê e essas famílias estão aguardando até o momento para adentrarem à casa, enfim, terem a oportunidade e o direito à moradia digna. Acontece que, com o passar do tempo, essas unidades vão se deteriorando, a ponto de não ter condições de fazer a entrega. Então, tem que fazer uma verdadeira obra novamente, uma reforma, e isso está parado. É uma demanda ainda na região da Baixada Fluminense importante, e que nós temos que levar em consideração também na resolução da questão da moradia, no atendimento à demanda por moradia.

O tema do aluguel social também é muito latente, principalmente em Belford Roxo. Nós não temos uma lei municipal que atenda ao aluguel social, e muitas famílias hoje em situação de moradia com casas já em área de risco, enfim, com interdição da Defesa Civil, mas que lá continuam pela dificuldade de ir para outra unidade ou para outro imóvel, morando nessa situação.

Então, esse é um pouco assim o cenário que a gente fala da questão habitacional. Nós ficamos com um passivo, os municípios ficaram com esse passivo do Minha Casa, Minha Vida. Os cadastros habitacionais giram em torno de 30 mil pessoas aguardando, e é um número muito vultuoso.

Atualmente, também, há o trabalho social. Eu sou assistente social. Então, tenho que falar dessa intervenção, o trabalho social que está sendo executado agora pela Caixa Econômica, principalmente em Belford Roxo, mas que nós temos ainda o volume de recurso que é previsto na portaria do Programa Minha Casa, Minha Vida, da lei do governo federal que rege o programa, que é o recurso do trabalho social que não foi operacionalizado. Esse recurso é do fundo de arrendamento residencial. Está parado. A gente não tem informação, principalmente dos empreendimentos que são contratados junto ao Banco do Brasil. Os que são junto à Caixa Econômica Federal, a Caixa Econômica está executando.

Essa é a nossa realidade no Município de Belford Roxo. É uma realidade comum na Baixada Fluminense e essas são as colocações que eu queria fazer, colocar à disposição para o que for necessário para os encaminhamentos.

É isso. Muito obrigada. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Juliana Pimentel. Saúdo o Secretário Reginaldo Gomes. Agradeço a sua participação, compartilhando conosco as experiências, avanços e desafios enfrentados pelo Município de Belford Roxo. Eu passo a palavra ao Sr. Renaldo Bussiére, que é o Secretário Regional de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da Cidade do Rio, Subsecretário de Regularização Fundiária.

Seja bem-vindo. Você tem a palavra.

O SR. RENALDO BUSSIÉRE - É um prazer muito grande participar dessa audiência pública de um assunto tão importante, como todos já disseram. Eu o saúdo, parabeno-o e, ao fazê-lo, cumprimento todos os que estão presentes.

Queria dizer para ser breve, não me estender muito, que a Secretaria de Habitação do município, hoje, cujo Secretário é o Vice-Prefeito Nilton Caldeira, com a preocupação dessa problemática da regularização, ele criou a 1ª Subsecretaria de Regularização que passou a existir na Secretaria de Habitação municipal. Gostaria de dizer também que essa semana, na 3ª feira, nós entregamos 82 títulos da comunidade de Canal das Taxas, que é uma comunidade que foi reassentada - Canal das Taxas, conhecido como Terreirão no Recreio dos Bandeirantes - no primeiro programa do Favela Bairro, em 1990. Essa tentativa, essa busca pela titulação da comunidade, se iniciou em 2005 e agora nós começamos a titular, essa semana, com a grata satisfação de entregar os primeiros títulos registrados já no Registro de Imóveis.

Vamos aproveitar para falar para o Deputado Noel que a questão dos cartórios, a Lei 13.465, da Reurb, ela já estabelece, a lei federal, que os emolumentos e despesas de cartório são isentos, não precisa mais do apoio, da força do Presidente do Tribunal. Isso já é uma coisa que já está definida por lei.

Dizer que também eu estou Secretário e estou presidente da Anoreg, que é a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro, porque eu sou tabelião. Estou licenciado para exercer o cargo de Subsecretário. Mas é intenção nossa, já houve inclusive uma primeira reunião com o Iterj, a Cehab também já nos procurou, como o Professor Granzinoli falou, nós estamos já na fase de aprovação do convênio, já na Procuradoria para ser aprovado. Então logo isso acontece, três comunidades serão beneficiadas pelo trabalho da UFF, que nós agradecemos e temos muita honra de estar trabalhando junto com ele nesse projeto tão bonito, que ele vem desenvolvendo lá na Universidade Federal Fluminense.

Eu me coloco à disposição, coloco a Secretaria Municipal de Habitação, através do Secretário Nilton Caldeira, da minha Subsecretaria de Regularização, os órgãos estaduais, para que a gente, em conjunto, possamos desenvolver a solução dessa problemática da habitação que, com essa nova legislação federal, trouxe um certo protagonismo para a prefeitura justamente porque é o órgão que tem o protagonismo na regularização, ao final, com a expedição da Certidão de Regularização Fundiária, CRF, que é o documento que, após todo aquele processo que o professor falou, vai para o cartório para poder possibilitar a titulação.

Já estamos também costurando um encontro já, combinado, com a nova presidente do Iterj. Espero que isso ocorra o mais breve possível.

Estamos aí à disposição. Parabeno ao senhor e agradeço a todos que estão se manifestando. Aprender muito, e me despeço e me comprometo a estar aqui até o final.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Renaldo Bussiére. Agradeço a participação da Secretaria Municipal de Habitação do Rio na nossa audiência pública, notadamente por meio da Subsecretaria de Regularização Fundiária, comandada por V.Sa.

Pergunto se há outras representações de Secretarias Municipais, de Prefeituras aqui presentes que queiram fazer uso da palavra. Também ao Tiago, da Secretaria de Estado de Cidades se deseje fazer uso da palavra.

Nesse caso, passo a palavra ao Lucas, da assessoria do Deputado Flávio Serafini, que acompanha a audiência conosco desde o início, para fazer sua manifestação.

O SR. LUCAS ALENCAR FAULHABER - Obrigado. Bom dia a todos e todas. Primeiro, queria pedir desculpas. Está sem câmera. Se eu ligo a câmera, o áudio não funciona direito. Minha fala é bem breve, assim, até focar em alguns encaminhamentos da própria Deputada Zeidan colocou aí no chat. Lembrar que essa não é a primeira audiência sobre essa temática. Acho que exatamente dois anos atrás, se não me engano foi dia 26 de junho de 2019 ...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Exatamente.

O SR. LUCAS ALENCAR FAULHABER - ... uma audiência pública com o plenário da Alerj, naquele tempo que a gente podia se aglomerar. A Alerj lotada de representação popular, cobrando, exatamente, essa efetivação do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social - FEHIS. De lá para cá, pouca coisa andou. Na verdade, andou: a gente retroagiu em diversos pontos. Se forem verificar na carta lida pela Emília, naquele momento, o fundo tinha mais de um bilhão de reais. Não tem mais por quê? Porque a Alerj aprovou um calote ao fundo, retirando o saldo de 2015 a 2018, o saldo do fundo. Af, ano após ano, não gastando, como foi falado, o saldo vai acumulando. Isso já está pacificado no Tribunal de Contas. Não existe o retorno do dinheiro aos cofres, ao Tesouro. Fica ... tem que ficar. O que o governo está esperando? Que a Alerj aprove um novo calote do fundo? Não são só 80 milhões, como a própria deputada botou lá nos encaminhamentos. Só no FEHIS, acho que mais de 400 milhões de reais. Pelo menos é o que foi colocado aqui pela assessoria da deputada e as informações que eu tenho também o valor gira nesse montante.

Então, é, sim, possível, já começar algo estruturante da política habitacional. Não basta dizer que tem o dinheiro e vai gastar esse dinheiro. Não se pode gastar esse dinheiro sem a efetivação do conselho gestor. Senão, o governo vai estar, novamente, num crime de responsabilidade. Ele não pode gastar o dinheiro do Fundo sem o conselho gestor do Fundo instituído, paritário, como deve ser por lei. Então, a primeira iniciativa é instituir esse conselho, de forma paritária.

Quero lembrar - estou aqui representando o mandato do Deputado Estadual Flávio Serafini - que a gente tem um projeto de lei de 2019, no bojo dessa discussão, que é exatamente para convocar esse conselho estadual, o conselho gestor do fundo estadual. É o Projeto de Lei 127, de 2019. Se é intenção - estou vendo aqui representação do governo - se é intenção da efetivação desse fundo, que esse projeto de lei ande. Se eu não me engano, ele está na primeira comissão até hoje. É um esforço aqui dos deputados e do governo para que esse projeto de lei ande, seja aprovado, a gente consiga instalar esse conselho e conseguir gastar esses recursos antes que seja aprovado um novo calote.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Lucas Faulhaber.

No final das falas, eu vou devolver a palavra ao Allan Borges e à Patrícia Damasceno, se quiserem fazer observações, enfim, comentários, respostas às questões que foram levantadas.

O SR. ALLAN BORGES - Obrigado, é um prazer. Obrigado por devolver a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Claro que sim! Lógico que sim! Nas nossas audiências, em geral, funciona assim: o governo intervém de início e depois tem também a oportunidade de debater, comentar e reagir às questões que foram levantadas.

Eu também queria mencionar, o Lucas mencionou agora a Emília - (não compreendido) já tinha mencionado também - é sempre bom esclarecer. Acho que vocês sabem, mas é sempre bom esclarecer. De fato, a Alerj aprovou esse "calote", entre aspas, mas, obviamente, houve mandatos que votaram contrariamente a essa proposta. A maioria que votou aprovou, mas evidentemente que vários mandatos, inclusive alguns estiveram aqui, o Eliomar, o Flávio, o nosso, naturalmente que nos contrapusemos a essa proposta, mas infelizmente fomos derrotados em plenário. É sempre bom fazer o registro.

Quero passar a palavra agora ao Renan Carvalho. Renan Carvalho pediu a inscrição. Está garantida a inscrição. Então, Renan, três minutos para ...

O SR. DAVID GOMES - Deputado, desculpa, eu não falei ainda. Estou desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - David, você está inscrito, mas, como a Emília usou o seu tempo e o dela, você vai falar na sequência das inscrições aqui. A sua inscrição está garantida. Depois do Renan, o David. Depois do David, a Jurema Constância. Está garantido aqui.

Bom, Renan Carvalho tem a palavra.

O SR. RENAN CARVALHO - Bom, companheiros, primeiro, uma boa tarde. Dizer que é um momento ímpar da nossa sociedade que estamos passando: o problema que a gente vem enfrentando não só nacionalmente, mas estadualmente com a falta de moradia, com a falta de recursos, com a falta de investimentos públicos, com a falta de zelo por aquilo que precisa ser do povo. Eu acho que a gente está num momento em que às vezes o óbvio precisa ser dito. E o óbvio é que as famílias que são moradoras do Rio de Janeiro, que são moradoras do Estado precisam ter garantidos por políticas públicas que precisam ser para garantir a dignidade dessas famílias.

Então, a gente que luta por moradia, que faz parte dos movimentos sociais, que está no dia a dia das famílias sem teto, a gente vê a dificuldade que se estabeleceu, principalmente neste ano, justamente por conta da falta do auxílio, da falta de outras políticas de perspectiva para essa população. Então, não sobra basicamente alternativas à população carioca, à população do Estado do Rio de Janeiro a não ser ocupar áreas que são ociosas ou que são áreas muitas vezes precárias, áreas de moradias que não têm condição, moradias subumanas, moradias que a gente vê ... só no Estado do Rio de Janeiro são milhões de pessoas que não têm acesso à rede básica de saneamento. Então, o povo brasileiro, o povo carioca já está cansado de cada vez ... Eu já fui contemplado muito bem pela fala do companheiro Lucas, que citou esse calote, que falou de como o FEHIS tem sido abandonado há dezenas e ao longo dos últimos anos, ao longo de muitos anos.

Eu acho que é isso. A gente precisa reativar esse conselho, fazer com que esse dinheiro chegue a quem precisa. Não é empresário que precisa desse dinheiro. É o povo carioca que precisa para poder ter a sua dignidade garantida, uma dignidade onde, muitas vezes, o governo chega e fala fique em casa e a gente pergunta qual casa, em qual local essas famílias vão ficar, porque a gente não tem a mínima condição de estar em casa. Primeiro, porque o patrão da Zona Sul muitas vezes não deixa e segundo porque a casa, muitas vezes, é uma submoradia que contém dezenas de pessoas - cortiços, favelas e locais que a gente sabe que não são apropriados para que se mantenha o isolamento social, principalmente nesse momento de pandemia.

Então, queria só aqui fazer essa saudação, dizer que o MLB, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas está organizado, não por acaso, por conta de todo esse descalço, de toda essa negligência do governo em todos os níveis - federal, estadual, municipal - com a moradia. Realizamos uma ocupação no centro do Rio de Janeiro, nessa madrugada, que se chama - em homenagem à - Ocupação Kathleen Romeu. Então, isso reverbera e aponta os caminhos que a prefeitura e o Estado do Rio de Janeiro precisa seguir: o caminho da atenção às famílias mais necessitadas, às famílias sem teto e àqueles que realmente, de fato, precisam que o dinheiro público chegue a elas e não mais isenções, isenções, isenções, como estamos cansados de ver, e calotes que este Estado está cansado de acom-